REQUERIMENTO
(Do Sr. Alessandro Molon)

Requer o envio de Indicação à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, sugerindo a implementação da reserva de vagas para negros nos concursos públicos realizados no âmbito dessa Casa Legislativa.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 113, inciso II e § 2º do Regimento Interno, seja encaminhada à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados a Indicação anexa, sugerindo a expedição de Ato da Mesa para regulamentar política de ação afirmativa nos concursos públicos no âmbito da Câmara dos Deputados.

Brasília, de maio de 2017.

Deputado **Alessandro Molon**
REDE/RJ

INDICAÇÃO Nº , DE 2017
(Do Sr. Alessandro Molon)

Sugere à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados a edição de Ato da Mesa para implementar a reserva de vagas para negros nos concursos públicos realizados no âmbito dessa Casa Legislativa para provimento de cargos efetivos e empregos públicos.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Dirijo-me à V. Ex^a para solicitar que a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados expeça Ato da Mesa com o objetivo de disciplinar em âmbito interno a destinação de pelo menos 20% (vinte por cento) das vagas previstas nos concursos públicos promovidos pela Câmara dos Deputados aos candidatos negros.

Dando continuidade à política de ações afirmativas no Brasil, o Poder Executivo sancionou a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento dos cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública Federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Pelos termos do referido diploma legal os candidatos que se autodeclararem negros ou pardos no ato de inscrição, concorrerão simultaneamente à reserva de cota e às vagas de ampla concorrência. No entanto, os que forem aprovados neste último caso, não serão computados para preenchimento das vagas reservadas.

Um dos principais motivos da existência das ações afirmativas é a verificação da discriminação histórica sofrida por membros da sociedade que são representados por minorias. Não obstante os preconceitos resultantes do racismo e todas as suas formas, a intolerância e injustiça quanto à posição social ocupada pelo cidadão também se demonstra sob diversas formas.

Em que pese as opiniões divergentes sobre o assunto, considero que instituições representativas do povo, como a Câmara dos Deputados, não podem ficar alheias ante à

realidade e, muito pelo contrário, deveriam assumir papel de vanguarda e exemplo na promoção da igualdade e na busca pela dignidade de seus cidadãos, implementando medidas de proteção voltadas para grupos desprivilegiados.

Dessa forma sugiro que seja elaborado e aprovado Ato da Mesa referenciado no texto da Lei vigente que contempla apenas o Poder Executivo e seus órgãos, para o qual proponho os seguintes termos:

Ato da Mesa nº ____/2017

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no

§1º A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três).

§2º Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

§3º A reserva de vagas a candidatos negros constará expressamente dos editais dos concursos públicos, que deverão especificar o total de vagas correspondentes à reserva para cada cargo ou emprego público oferecido.

Art. 2º Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 3º Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

§1º Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§2º Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

§3º Na hipótese de não haver número de candidatos negros aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

Art. 4º A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

Art. 5º A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados será responsável pelo acompanhamento e avaliação anual do disposto neste Ato.

Art. 6º Esta Ato entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência pelo prazo de 10 (dez) anos.

Sala de Reuniões, de maio de 2017.

Deputado **Alessandro Molon**
REDE/RJ